



COMISSÃO DE ÉTICA, SOCIEDADE E CULTURA

ACTA NÚMERO 36/XI/ 1.ª SL

Aos 17 dias do mês de Março de 2010, pelas 11:00 horas, reuniu a Comissão de Ética, Sociedade e Cultura, na Sala 4 do Palácio de S. Bento, na presença dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta acta, com a seguinte Ordem do Dia:

1. Tratamento de assuntos relativos ao Estatuto dos Deputados;
2. Apresentação pela equipa da Comissão de Assuntos Europeus do regime de acompanhamento dos assuntos europeus à luz das novas regras do Tratado de Lisboa;
3. Apreciação e votação do parecer relativo aos Projectos de Lei nºs 122, 123, 124 (BE), 128, 129, 130, 131 e 132 (PCP) - Todos relativos ao apoio ao Movimento Associativo Popular;
4. Apreciação e votação de Actas;
5. Outros assuntos.

Antes de iniciada a ordem do dia, o Senhor Presidente deu a palavra à Senhora Deputada Isabel Oneto, para fazer um breve relatório oral sobre a visita oficial do Senhor Presidente da Assembleia da República ao Reino de Marrocos, na qual participou em representação da Comissão.

A Senhora Deputada Isabel Oneto (PS) deu conta informou sobre as audiências que a delegação teve com os Presidentes da Câmara dos Representantes e da Câmara dos Conselheiros bem como com o Primeiro-Ministro e o Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reino de Marrocos. No decurso das diversas reuniões foram abordados temas como a regionalização, o combate à corrupção, a liberalização dos meios de comunicação social, bem como a preocupação da preservação do património histórico, incluindo o de raiz portuguesa.

Após ter agradecido à Senhora Deputada a disponibilidade para representar a Comissão nesta delegação, e nada havendo a tratar no primeiro ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente deu a palavra aos assessores da Comissão de Assuntos

Europeus, para fazerem uma apresentação sobre o regime de acompanhamento dos assuntos europeus à luz das novas regras do Tratado de Lisboa.

Tendo como base uma apresentação em Powerpoint, o Dr. Bruno Dias Pinheiro deu conta do acompanhamento dos assuntos europeus pela Assembleia da República na X Legislatura e divulgou as fontes de informação ao dispor para o procedimento de acompanhamento dos assuntos europeus, tendo concluído com um balanço do escrutínio parlamentar na X Legislatura e os desafios para a XI Legislatura. Pelo Dr. José Manuel Correia foi abordado o tema do Tratado de Lisboa e os Parlamentos Nacionais, em especial as inovações sobre o papel destes na UE introduzidas pelo Tratado de Lisboa; o enquadramento a nível europeu das competências da CESC e o Tratado de Lisboa; bem como a alteração que a entrada em vigor deste Tratado implica o escrutínio parlamentar.

Usou da palavra o Senhor Deputado João Oliveira, para referir o balanço do escrutínio parlamentar dos assuntos europeus entre 2006 e 2008 e questionar se há alguma avaliação qualitativa relativa aos pareceres que vão para além da mera concordância com o princípio da subsidiariedade. Fez ainda menção ao facto de a partir de agora passarem a ser escolhidas seis grandes prioridades de acompanhamento e questionou em que termos são definidas essas prioridades, se em termos de áreas políticas ou de iniciativas legislativas em concreto.

O Senhor Presidente esclareceu que as seis grandes prioridades têm de ser determinadas em termos políticos internamente pela Assembleia da República, o que ainda não aconteceu porque só depois de se conhecer o programa legislativo e de trabalho da Comissão Europeia é que isso pode ser feito. Quando este chegar à Assembleia da República, será distribuído às comissões, para darem o seu contributo nessa definição das prioridades, independentemente da liderança do processo, que cabe à Comissão de Assuntos Europeus, podendo, em última instância, haver pronúncia da Conferência de Presidentes das Comissões Parlamentares ou da Conferência de Líderes.

O Dr. Bruno Dias Pinheiro acrescentou que o balanço do escrutínio parlamentar incluía tanto as propostas legislativas como as não legislativas, sendo que quanto mais cedo o Parlamento se pronunciar sobre uma determinada matéria, maior capital de influência poderá ter sobre a proposta legislativa. Informou ainda que a Comissão Europeia não fez avaliação ou explicação política quanto à influência dos pareceres dos Parlamentos Nacionais no resultado final de uma proposta legislativa.

Terminado este ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente agradeceu a colaboração dos assessores da Comissão de Assuntos Europeus e realçou a importância dos mecanismos que estão ao dispor dos Deputados nesta área.

De seguida, o Senhor Deputado Amadeu Albergaria (PSD) apresentou o parecer sobre os Projectos de Lei n.ºs 122/XI/1.ª, 123/XI/1.ª, 124/XI/1.ª (todos do BE), 128/XI/1.ª, 129/XI/1.ª, 130/XI/1.ª, 131/XI/1.ª e 132/XI/1.ª (todos do PCP) - Todos relativos ao apoio ao Movimento Associativo Popular.

Usaram da palavra os Senhores Deputados João Oliveira (PCP), para felicitar o relator, considerando o parecer um contributo positivo para o processo legislativo, e relevar a qualidade das notas técnicas elaboradas sobre as iniciativas; Catarina Martins (BE), também para felicitar o relator, bem como os serviços da Assembleia da República pelas notas técnicas elaboradas, e lembrar que estas iniciativas decorrem muito das reivindicações do sector e das colectividades; João Serrano (PS), para felicitar o relator e a precisão da análise feita; e o Senhor Presidente, para agradecer ao relator e lembrar que os relatórios podem ser opinativos, como este, e que todos os Deputados podem contribuir para os pareceres, apresentando propostas de alteração às suas conclusões.

Submetidas à votação as partes I e III do parecer, foram as mesmas aprovadas por unanimidade.

De seguida, foram submetidas à apreciação e votação as actas n.ºs 31/XI, 32/XI, 33/XI e 34/XI, relativas às reuniões de 9 e 10 de Março, as quais foram aprovadas por unanimidade.

No último ponto da ordem do dia, o Senhor Presidente deu conta da reunião que tinha tido com os coordenadores dos grupos parlamentares na Comissão na quarta-feira anterior e das alternativas de trabalho que tinham sido equacionadas: fazer de imediato o relatório, terminadas as audições propostas pelo PSD, e depois continuar com as audições constantes do requerimento do PS, sendo certo que com o retomar das reuniões plenárias já não seria possível manter o ritmo que a Comissão tem mantido até ao momento; ou fazer o relatório no final das audições, mas tentar concluir os trabalhos antes dos da comissão de inquérito que ia tomar posse no dia seguinte, para que o trabalho desta Comissão não se apague, mas que para isso era necessário reduzir a lista de audições propostas pelo PS, porque com o novo ritmo de trabalho as audições prolongar-se-iam por mais três meses.

O Senhor Deputado João Serrano (PS) informou que o seu grupo parlamentar tinha feito uma reflexão interna, tendo em conta a importância das audições, bem como a importância de haver um só relatório e não haver arrastamento no tempo das audições, pelo que no dia anterior tinha enviado ao Senhor Presidente e aos coordenadores dos outros grupos parlamentares uma nova lista de audições, da qual tinham sido retirados alguns nomes e acrescentados três, que constam de um requerimento que acabaram de entregar ao Senhor Presidente: o ex-ministro Nuno Morais Sarmiento, o Dr. Miguel Pais do Amaral e o jornalista João Pacheco.

Usou da palavra a Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP), para afirmar que o seu grupo parlamentar entende ser insensato ter audições na comissão de inquérito e na Comissão de Ética, Sociedade e Cultura sobre temas muito conexos. Lembrou que sempre propôs reduzir o número de audições ao essencial. Em sua opinião, há questões relativas à liberdade de expressão que merecem uma análise e reflexão profunda, o que não acontecerá enquanto estiver a decorrer ao mesmo tempo uma comissão parlamentar de inquérito. Acredita estar a Comissão perante posições inconciliáveis.

Pelo Senhor Deputado Pedro Duarte (PSD) foi realçado o facto de continuar a existir uma lista de audições muito extensa por parte do PS. Em seu entender, há um conjunto de nomes na nova lista que não justifica lá estarem. Defendeu que a Comissão deve ter como meta de final de audições o fim de Abril, para ser possível elaborar o relatório antes do fim dos trabalhos da comissão de inquérito, e dirigiu um apelo ao PS para uma verdadeira redução da lista.

O Senhor Deputado João Oliveira (PCP) reiterou que a sua principal preocupação tinha a ver com a valorização do trabalho desta Comissão e a garantia de alguma eficácia na análise feita, por isso se opôs a uma lista infundável de audições bem como à existência de dois relatórios. Reconhecendo o esforço do PS em retirar um terço das audições que tinha proposto, manteve a disponibilidade de PCP em reequacionar as audições por si propostas, com o intuito de se conseguir produzir um único relatório até meados de Maio.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) também realçou a importância do relatório único e reconheceu o esforço do PS em reduzir a lista, mas reafirmou o facto de o número de audições ainda ser muito extenso. Defendeu que se deveriam tentar marcar as audições no mais curto prazo possível. Considerando que o seu grupo parlamentar propôs a audição de apenas uma pessoa, e considerando os nomes que o PS apresenta nesta lista, mantém essa proposta.

Por sua vez, a Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) afirmou entender a necessidade de racionalizar os trabalhos, lembrou o facto de as audições terem origem em dois requerimentos com objectos muito específicos, e defendeu que as audições devem começar com a brevidade possível para se ir mais longe no trabalho da Comissão, mantendo um trabalho sério e profundo, que dignifique o trabalho da Comissão. Relembrou que da lista do PSD já tinham sido ouvidas quase todas as pessoas e ainda não tinha sido ouvido ninguém da lista do PS.

Fazendo o ponto da situação, o Senhor Presidente afirmou acreditar que ninguém punha em causa que fosse executado o que tinha sido aprovado na Comissão. Lembrou que o primeiro requerimento previa aquele conjunto de audições e no fim a elaboração de um relatório. O que está em causa é o seguinte: cumprir o requerimento e fazer agora o relatório, e continuar depois com as audições; ou, para haver um só relatório, reduzir a lista de audições do PS. Se se mantiver a lista inicial apresentada pelo PS, quando se terminarem as audições, far-se-á outro relatório. Em seu entender, seria um desperdício muito grande de todo o trabalho feito nas últimas semanas se a Comissão ficar três ou quatro meses à espera para fazer o relatório.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado João Serrano (PS), para apelar ao PSD e ao CDS-PP para se encontrar uma forma de fazer as audições constantes da lista agora apresentada e terminar os trabalhos com o relatório único na altura prevista.

O Senhor Presidente lembrou que um total de 23 audições não se fazem em 60 dias, com as reuniões plenárias a decorrer a ritmo normal. Lembrou que na reunião de coordenadores se tinha colocado a hipótese de reduzir a lista de audições a cerca de 15 e entendeu ser exequível fazer um total de 17 audições. Para além disso, recordou, a Comissão necessita também de retomar os seus trabalhos ordinários, nas outras áreas das suas competências.

Também o Senhor Deputado Pedro Duarte (PSD) usou da palavra para expressar a boa vontade do seu grupo parlamentar em aceder ao apelo do Deputado João Serrano, mas há uma questão prática a resolver, que é a de realizar essas audições em curto prazo de tempo. Apelou a um esforço do PS e, possivelmente, uma nova metodologia de trabalho nas audições, fazendo, por exemplo, apenas uma ronda de perguntas, para permitir rentabilizar o tempo das reuniões.

A Senhora Deputada Cecília Meireles (CDS-PP) reiterou que a posição inicial do CDS-PP era a de que estas audições deveriam terminar antes do início dos

trabalhos da comissão de inquérito, mas compreende que não se pode pedir ao PS que reduza uma lista de 30 para 3 audições. Por isso, concorda com o prolongamento dos trabalhos por mais um mês ou um mês e meio. Prolongar mais do que isso, eventualmente até Junho, é manifestamente excessivo.

De novo no uso da palavra, o Senhor Deputado João Serrano (PS) afirmou ser muito difícil para o seu grupo parlamentar fazer mais reuniões. Propôs realização de uma média de três audições todas as terças-feiras, ficando as quartas-feiras para os outros trabalhos da Comissão.

Tornou a usar da palavra o Senhor Deputado João Oliveira (PCP) para apelar mais uma vez a um esforço do PS, na redução da lista de pessoas a ouvir, uma vez que se deve fazer um esforço para que o trabalho que já está feito e que se está a fazer seja valorizado. Solicitou ao PS que reequacionasse alguns dos nomes da lista que apresentam, o que poderia levar a que o PCP também fizesse o mesmo.

A Senhora Deputada Catarina Martins (BE) expressou a opinião de que sugestão para fazer uma só ronda de perguntas e três audições por cada reunião seria um bom contributo para que os trabalhos decorressem em tempo útil.

Pela Senhora Deputada Inês de Medeiros (PS) foi afirmado que era difícil naquele momento estar a decidir que nomes poderiam ser retirados da lista, pelo que o Senhor Deputado João Oliveira (PCP) sugeriu uma reunião entre os coordenadores dos grupos parlamentares no dia seguinte às 14h30m.

Considerando as posições assumidas, o Senhor Presidente solicitou aos Deputados que impreterivelmente até à tarde do dia seguinte lhe comunicassem as conclusões a que chegaram a este propósito.

A reunião foi encerrada às 13:00 horas, dela se tendo lavrado a presente acta, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 22 de Março de 2010.

O PRESIDENTE

(LUÍS MARQUES GUEDES)

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Agostinho Branquinho
Amadeu Soares Albergaria
Carla Rodrigues
Catarina Martins
Cecília Meireles
Celeste Amaro
Helena Lopes da Costa
Inês de Medeiros
Isabel Oneto
João Oliveira
João Serrano
José Rui Cruz
Luís Marques Guedes
Luís Pedro Pimentel
Manuel Seabra
Miguel Laranjeiro
Rui Pereira
Vítor Fontes
Nuno Encarnação
Pedro Duarte

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Marcos Sá
Maria Conceição Pereira

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Teresa Caeiro